Segunda Parte - As vilas e seus territórios:
dependências, rivalidades e hierarquias
**Capítulo 6 - A emancipação dos arraiais e a
redefinição dos limites municipais**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. A emancipação dos arraiais e a redefinição dos limites municipais. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 299-333. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A EMANCIPAÇÃO DOS ARRAIAIS E A REDEFINIÇÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS

A instituição de novas vilas em Minas Gerais sempre gerou controvérsias. Nestas ocasiões, os oficiais das câmaras, bem como outras autoridades da capitania, eram levados a se pronunciar sobre as petições enviadas a Lisboa pelos habitantes dos arraiais. Nas páginas seguintes, examinaremos os principais ideais e temas nos quais se baseiam estes discursos, favoráveis ou adversos à criação das vilas.

Tais textos constituem diferentes representações do território que podemos comparar com imagens que emergem de outros debates contemporâneos, tanto em Portugal¹ quanto na França.² Os discursos que acompanham as tentativas de redefinição da malha administrativa de Minas Gerais apresentam critérios concorrentes ou complementares de posse territorial, mas também diferentes abordagens da noção de distância, assim como considerações a respeito da centralidade das sedes e do caráter “natural” ou “perene” dos limites das circunscrições. Em alguns casos, os documentos escritos são acompanhados de representações cartográficas, as quais também procuraremos analisar avaliando, entre outros aspectos, o impacto que elas tiveram sobre as decisões metropolitanas.

A ANTIGUIDADE DA POSSE E AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DOS DESMEMBRAMENTOS

Tanto em Portugal como em suas possessões ultramarinas, os oficiais dos concelhos protestavam a cada vez que surgiam movimentos de emancipação de arraiais pertencentes aos seus termos – ou seja, a cada vez que estes arraiais solicitavam o título de vila. A principal razão apresentada pelos camaristas para justificar esta oposição era que a redução do seu território de jurisdição acarretaria a diminuição das receitas municipais e a decadência dos concelhos.

Examinaremos as diferentes facetas deste argumento de ordem econômica. Antes, porém, cabe lembrar outros importantes aspectos que lhe são subjacentes.

OS FATOS HISTÓRICOS E O “PRINCÍPIO DA INALTERABILIDADE DO TERRITÓRIO”

A questão do desmembramento dos termos possui, em primeiro lugar, uma componente doutrinária e jurídica. Segundo António Manuel Hespanha, em Portugal do Antigo Regime “havia uma consciência difundida de que os concelhos tinham direito a seus termos” e que se o rei decidisse emancipar uma de suas aldeias isso constituiria uma “ofensa”. É o que o autor chama de princípio da “rigidez” – ou da “inalterabilidade” – do recorte político-administrativo português.³

Esta rigidez exprimia-se “pela ideia de que o território e a jurisdição seriam realidades que mutuamente se aderiam (*iurisdictio cohaeret territorio*)”. Sabendo-se que a última era uma qualidade ou um atributo da primeira, “qualquer atentado à integridade territorial do concelho seria, ao mesmo tempo, um ataque à sua jurisdição”.⁴ Esta ideia pode ser associada à questão dos direitos históricos, já abordada no capítulo anterior: quando um território era concedido a uma câmara, ele se tornava “indisponível para todas as modificações, quer da sua configuração espacial, quer do seu estatuto jurídico”.⁵

Contudo, esta concepção de território vai progressivamente perdendo sua força e, ao final do século XVIII, os juristas e politólogos ibéricos elaboram uma “nova matriz de reflexão

e de prática políticas”, a qual dá origem a “uma nova leitura política do espaço”⁶ – ou seja, a uma nova forma de pensar a organização territorial. Todavia, este modelo racionalizante e reformador coabitará durante algum tempo com o modelo antigo, fundado na “observação e na preservação da natureza das coisas”,⁷ ou seja, na manutenção da tradição e no respeito aos direitos históricos.

Ao analisar o caso de Portugal na década de 1790 – período da “Lei de Reforma das Comarcas” –, Ana Cristina Nogueira da Silva identifica um “modelo tradicionalista” que emerge diversas vezes nos discursos das autoridades locais. Quando se tratava de criar uma nova unidade territorial ou de redefinir as sedes das circunscrições, os oficiais das câmaras tentavam valorizar as suas vilas, destacando principalmente seus atributos de natureza simbólica e honorífica, como os momentos mais heroicos de sua história, ou a “dignidade” de seus habitantes.⁸ Muitas vezes, suas justificativas baseavam-se também nas graças e privilégios antigos concedidos pela Coroa, os quais deveriam assegurar à localidade não apenas a manutenção de sua função de sede, mas também a perenidade dos limites de seu território de jurisdição.⁹

Ao contrário de certas câmaras do Reino, que podiam se vangloriar de uma história que remontava à época pré-romana,¹⁰ no final do século XVIII, as vilas mais antigas de Minas Gerais sequer contavam cem anos de existência. Não obstante, elas possuíam um passado do qual podiam se orgulhar e que era constantemente lembrado como forma de fazer valer seus pretensos direitos.

Tomemos os exemplos de São José e de São João del-Rei. Entre 1789 e 1798, seus termos foram consideravelmente reduzidos devido à instituição das vilas de Tamanduá, Queluz, Barbacena e Campanha da Princesa. Isto levou ambas as municipalidades a escrever às autoridades da capitania na tentativa de convencê-las a anular estas fundações – ou, ao menos, de atribuir às novas câmaras territórios mais reduzidos.

Em 1798, a câmara de São José pede ao governador Bernardo José de Lorena que “torne tudo ao seu antigo estado” – ou seja, que suprima os concelhos de Tamanduá, Queluz e Barbacena, de modo que ela possa restabelecer os limites originais de seu termo. Inicialmente, os oficiais destacam a antiguidade da fundação da vila: tratar-se-ia de “uma das mais antigas povoações

do vasto sertão de Minas” e a segunda vila da comarca do Rio das Mortes, “há oitenta anos estabelecida”.¹¹

Em seguida, os camaristas lembram o papel essencial dos seus moradores no processo de colonização de grande parte da capitania:

Nos seus princípios, não tinha ela [São José del-Rei] mais que o território da Vila, o pequeno arraial de Prados e de alguns lavradores em roda, em distância de três até quatro léguas: tudo o mais eram sertões incultos, que gentios e os negros fugidos faziam inabitáveis.

A diligência de nossos antecessores rebateu sempre os insultos dessa gente bárbara, até que a poder de forças e despesas chegou a conquistar a Picada de Goiás e Campo Grande, destruindo vários quilombos de escravos fugidos e facinorosos (...).

Não custaram menos trabalho os matos de Itaverava e Catas Altas e outras partes mais, que livres e desembaraçadas da opressão dos gentios e fugitivos, se foram pelo tempo adiante povoando e que formaram o termo desta vila (...).¹²

Os oficiais de São José mencionam ainda uma missiva que lhes fora enviada por Dom João V, na qual ele prometera colocar a vila sob sua “real proteção”. Esta “honrosa carta” lhes havia permitido conservar a jurisdição sobre a totalidade de seu termo durante muitas décadas, apesar da cobiça das câmaras de Pitangui e Mariana. Tal alusão sugere que, além de sua potência militar e econômica, São José contou com o apoio de Lisboa nos conflitos territoriais com as vilas limítrofes. Lembre-se que tal procedimento era comum no Reino: a fim de assegurar a integridade de seus territórios, as câmaras portuguesas faziam valer as promessas de proteção feitas pelo rei sempre que viam seus concelhos ameaçados por tentativas de emancipação de uma aldeia ou de um lugar.¹³

De forma similar, a câmara de São João del-Rei retrata a história da localidade, destacando os sacrifícios que seus habitantes haviam feito durante a conquista dos sertões, a riqueza das minas que haviam descoberto, as somas gastas no combate contra os índios hostis e os negros quilombolas – enfim, “todo o trabalho que ela tem tido com o descobrimento, aumento e conservação

de seu termo” e todas as despesas efetuadas “para a tranquilidade e polícia dos povos”.¹⁴

Além disso, os oficiais de São João del-Rei não deixam de relembrar ao governador as tropas que a vila havia fornecido, no passado, para proteger o Rio de Janeiro e a Vila de Laguna contra a invasão dos franceses e dos castelhanos. Eles também se referem às expedições armadas enviadas, na década de 1740, para defender os habitantes da zona de Rio Verde e de Sapucaí, “da violência com que Dom Luiz Mascarenhas, governador da Praça de Santos e de São Paulo, quis apossar-se daquele terreno”.¹⁵

Diante de tantos serviços prestados aos governadores de Minas Gerais e à Sua Majestade, a criação da Vila de Campanha e o consequente desmembramento do território de São João del-Rei pareciam bastante injustos:

E agora a nova vila há de utilizar-se de tanto trabalho, de tão grande terreno, e de tanta despesa, sem o mais pequeno incômodo, e o menor serviço? Esta câmara, além das muitas despesas que tem feito, e faz pela utilidade do Estado, tem a glória de ter nos seus monumentos e escritos as ações de muitos dos seus antepassados, que com o dispêndio de sua fazenda, sangue e vida sustentaram a Coroa de S. Majestade (...). Se aqueles moradores querem que S. Majestade lhes faça a graça de criar em vila o seu arraial, se esta súplica parecer justa aos pés do Trono, se for útil ao Estado, conveniente à Coroa, se tudo o que esta câmara faz, e tem feito, nada vale, seja-lhes concedida [a graça], mas não seja destruída, e aniquilada esta câmara (...).¹⁶

Como se vê, a Vila de São João del-Rei não se opunha – pelo menos, não inteiramente – à emancipação do arraial de Campanha. Na realidade, ela pedia apenas que os limites do território da nova vila se ativessem aos da freguesia de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde – que eram os mesmos que haviam sido adotados para o julgado de Campanha, criado na década de 1740.

Todavia, Lisboa não aquiesceu a este pedido, parecendo mais convencida pelos argumentos do juiz de fora da Vila de Campanha da Princesa, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa. Este último procurou provar que o vasto território reivindicado por São João del-Rei deveria pertencer ao termo da nova Vila de Campanha,

apoiando-se, simultaneamente, nos direitos históricos e na ideia de racionalidade das divisões político-administrativas – além de recorrer a outros poderosos argumentos, de ordem econômica e fiscal, que serão analisados adiante.

Segundo o juiz de fora, desde 1760, a região que ele pretendia administrar correspondia a “todo o espaço incluído e circulado pelo Rio Grande e pelos registros que fecham os limites da capitania”. Este território tinha sido até então submetido a uma única autoridade militar, “o capitão-mor regente da mesma Campanha”, que sempre controlara os distritos do Rio Verde, das duas bandas do rio Sapucaí, assim como o distrito da Aiuruoca. Nota-se que, de acordo com o juiz, as expressões “distrito” e/ou “continente da Campanha” não designavam apenas o território do julgado ou o da paróquia de Santo Antônio do Rio Verde (conforme afirmavam seus adversários de São João del-Rei), e muito menos o reduzido espaço do arraial da Campanha, mas abarcavam, pelo contrário, extensões muito mais consideráveis, que deveriam constituir uma única circunscrição administrativa, judiciária e militar: o concelho de Campanha da Princesa. O magistrado sustentava ser mais lógico e racional que todos os arraiais que estivessem sob o comando do capitão-mor do “distrito de Campanha” ficassem pertencendo à nova Vila de Campanha; desta forma, o território do comando militar coincidiria com o da jurisdição do juiz de fora.¹⁷

No ato de delimitação do *termo* da Vila de Campanha da Princesa, datado de 20 de fevereiro de 1800, o juiz de fora José Joaquim Carneiro de Miranda afirmava que

os distritos [da Campanha] devem ficar precisamente dentro do termo desta vila, não só em razão da sua maior contiguidade à mesma do que à outra confinante [São João del-Rei], mas também porque o estabelecimento geral e a utilidade pública pedem que os capitães-mores exercitem os seus cargos dentro dos limites das vilas para onde são eleitos, a fim de procederem, na forma dos seus regimentos, à organização competente das respectivas ordenanças, cujos oficiais maiores devem ser eleitos pelas câmaras de cada uma das vilas, com presidência propriamente dos seus capitães-mores como era prática observada em toda parte (...).¹⁸

Observe-se que a preocupação com a coincidência dos limites das circunscrições civis e militares (concelhos e distritos de ordenança) seguia o mesmo princípio das reformas territoriais do Reino naquele fim de século; tal argumento era utilizado pelos detentores de cargos administrativos, sobretudo quando isso lhes permitia aumentar seu poder político e econômico. De fato, a ideia de racionalização das circunscrições poderia ser interessante para as “pessoas principais” que ocupavam postos nas câmaras, uma vez que ela justificava a anexação de localidades subordinadas a um mesmo capitão-mor.¹⁹

Notemos também que os argumentos apresentados pelo juiz de fora confirmam as observações feitas no primeiro capítulo acerca do léxico territorial português. Embora pudessem suscitar polêmicas, “continente” e “distrito” não eram, para os contemporâneos, termos vagos. Nas disputas territoriais, tais palavras podiam até mesmo servir de base para linhas de defesa, já que designavam realidades espaciais bem concretas, ou seja, estabelecimentos humanos estáveis, reconhecidos e controlados por autoridades civis e militares.

Contudo, enquanto os limites não estivessem demarcados fisicamente, de modo oficial e definitivo, o território designado por estes termos podia variar ao sabor dos interesses diversos. Assim, segundo a câmara de São João del-Rei, o “distrito de Campanha”, o qual deveria constituir o termo da Vila de Campanha, correspondia apenas ao território do julgado e da paróquia de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde (que incluía o arraial da Campanha). Para o juiz de fora de Campanha, este distrito era um território bem mais vasto: todo o espaço controlado pelo capitão-mor, que se estendia por toda a parte meridional da capitania (ao sul do Rio Grande).

A jurisdição sobre as zonas de ocupação recente era uma questão complexa. Antes da fixação de marcos físicos e do estabelecimento de autos de posse pelos tabeliães municipais, as jurisdições se definiam pelos percursos cotidianos ou semanais dos habitantes e pela rede de relações que estes teciam entre seu local de residência e os lugares que frequentavam, por necessidade ou por obrigação. De fato, na maioria das vezes, era o simples fato de participar às celebrações de uma determinada capela ou igreja matriz que definia a subordinação de um

morador a uma aplicação e a uma freguesia específicas. Quanto às circunscrições civis, as dependências se estabeleciam paulatinamente, segundo um conjunto de variáveis: de ordem militar (a inserção dos habitantes em uma companhia de ordenanças, sua subordinação a um determinado capitão-mor), judiciária (o recurso a escrivães e a juízes de uma vila ou julgado), fiscal (o pertencimento a uma câmara e a uma comarca, onde eram cobradas taxas municipais e direitos reais) e econômica (a frequência aos estabelecimentos comerciais de um arraial ou de uma vila; as rotas de abastecimento das povoações criadas pelos fazendeiros-tropeiros²⁰). Quando os limites oficiais das circunscrições eram enfim definidos e demarcados fisicamente, tais redes de relações podiam ser mantidas e reforçadas ou, ao contrário, sofrer sensíveis modificações.

ARGUMENTOS ECONÔMICOS: ENTRE O CONCRETO E O SIMBÓLICO

A criação de uma nova sede de jurisdição e a modificação dos limites das circunscrições civis existentes podiam, com efeito, transformar de modo radical as relações econômicas entre as vilas e os arraiais.

Na década de 1790, época do projeto de reforma das comarcas do Reino, a preservação dos circuitos comerciais existentes havia constituído uma das reivindicações dos juízes e das câmaras portuguesas. Nestes textos, descreve-se uma situação ideal, em que a escolha das sedes das circunscrições deveria recair sobre povoações importantes do ponto de vista comercial: desta forma, quando os fazendeiros se deslocavam às vilas para vender suas produções, podiam aproveitar para tratar dos seus “pleitos”. O que se buscava, portanto, era a superposição dos espaços administrativos e dos espaços econômicos.²¹

Este tipo de reivindicação aparece também na correspondência que circulou entre Minas Gerais e Lisboa, durante o processo de redefinição dos limites municipais consecutivo à fundação de Campanha da Princesa. Por muitos anos, a câmara de São João del-Rei insistiria para que as autoridades da metrópole modificassem os limites estabelecidos pelo juiz de fora da nova vila. Os oficiais queixavam-se principalmente da anexação das paróquias de Baependi, Pouso Alto e Lavras do Funil ao território de

Campanha: não apenas porque isso acarretara uma diminuição considerável das receitas municipais,²² mas também porque eram tais localidades que sempre haviam fornecido grande parte dos alimentos consumidos pelos moradores da cabeça de comarca.

Este discurso sugere que os produtores rurais deveriam dar prioridade ao mercado da vila da qual dependiam do ponto de vista administrativo: os fazendeiros de Baependi, Pouso Alto e Lavras seriam então obrigados a passar a vender seus produtos na Vila da Campanha.²³ Outros indícios demonstram, porém, que o argumento era falacioso, pois, se tal obrigação de fato existiu, ela nem sempre era respeitada. No início do século XIX, a câmara da Vila de Santa Maria de Baependi afirmava que “São João [del-Rei] é o lugar onde a maior parte do povo deste termo [vai] dispor os efeitos de sua lavoura”.²⁴ Com efeito, segundo os relatos dos viajantes, São João del-Rei era o principal entreposto comercial da região neste período.

Mas, apesar da inegável prosperidade do comércio local, a câmara de São João del-Rei insistia em afirmar que a perda de tais territórios constituiria “um golpe fatal” à vila. Em uma carta enviada ao governador em 1800, os oficiais fazem o inventário dos prejuízos sofridos desde a criação da Vila de Barbacena,²⁵ descrevendo um processo de decadência que culminava com a elevação à vila do arraial de Campanha, e concluem com uma questão:

E será permitido, ou ainda de justiça, que a Vila de São João del-Rei se veja reduzida a tão lamentável estado? Que agora se veja obrigada a estender os seus braços suplicantes, e pedir sua subsistência às vilas que apenas principiam a renascer das suas cinzas, sendo que jamais a poderão igualar em tempo algum?²⁶

Conforme vimos, a capacidade de autossubsistência dos concelhos era considerada como um de seus principais atributos. Como no caso da capital de Minas Gerais (Vila Rica), tal dependência em relação aos concelhos vizinhos era demasiado humilhante para uma cabeça de comarca como São João del-Rei. Estas duas vilas não foram, contudo, as únicas a apresentar este tipo de argumento. Em 1798, os oficiais de São José se queixam da criação das câmaras de Tamanduá, Queluz e Barbacena, que teria causado ruína a uma vila estabelecida “há oitenta anos”.²⁷

Também duvidavam que as novas vilas pudessem subsistir, visto que a economia local gerava poucas rendas, as quais, até 1789, mal davam para pagar as despesas de São José:

Esta vila, que encerra lavras em que apenas se fazem por dia jornais de dois vinténs, e em outros um ou menos, foi antigamente um tesouro de riqueza. Um terreno decadente, que corre precipitadamente para sua ruína, que com dificuldade sustentará uma vila, poderá por ventura sustentar três ou quatro?²⁸

Em diversas ocasiões, os oficiais de São José e de São João del-Rei retornam a estes argumentos, que são reforçados pela utilização de figuras de retórica. Para provar a decadência em termos da composição da população e da economia local, por vezes, as povoações são comparadas a um edifício incendiado:

Um edifício que foi devorado pelas chamas não fica mais desfigurado do que fica esta Vila, depois que as outras se criaram. Não há muito tempo havia aqui seis advogados: deles agora apenas existe um. Dez lojas possuíam essa terra: agora só quatro se conservaram.²⁹

Mas as metáforas mais difundidas acerca dos territórios municipais são de tipo antropomórfico e organicista, que apresentam uma hierarquia entre as partes do “todo”. Nestes discursos, a vila (a sede ou a cabeça do concelho) representa, naturalmente, a “cabeça” de um ser vivo, enquanto o “corpo” corresponde ao termo, composto de diversos “membros” – os arraiais e povoações subalternas.

Antes de examiná-los, cabe observar que este tipo de metáfora era comum nas representações das vilas francesas do Antigo Regime:

O que a cabeça é para o corpo, o Príncipe para seus súditos, o céu para a Terra, é o mesmo que uma cidade metropolitana diante dos burgos e aldeias, das vilas e vilarejos. A cabeça atua no sentido de conservar todos os seus outros membros, bem como todas as partes do corpo concorrem e agem em conjunto para sustentar e manter o chefe.³⁰

Nos requerimentos enviados ao governador da capitania, as vilas de São João del-Rei e de São José aparecem como corpos literalmente “desmembrados”, “mutilados” e desprovidos de seu

“sangue”, de sua fonte de vitalidade. Quanto às novas vilas criadas nos arraiais que, anteriormente, faziam parte dos termos, trata-se de “membros amputados” ou, ainda, de “corpos doentes”:

Quem poderá dizer que é justo que se arruíne um corpo bem regular, excelentemente estabelecido, e útil ao Estado, para dele se formarem três enfermos, defeituosos, e inúteis? (...) Um corpo de que se cortaram vários membros, estes ficam sem vigor, e ele promete pouca duração (...) desde o ano de 1789³¹ jaz este corpo mutilado e desfalecido na miséria e no abatimento.³²

Um corpo em que não circula o sangue preciso perde pouco a pouco o seu vigor, secam-lhe os membros, e cai em desfalecimento mortal.³³

Nunca foi pois justo (...) que se destrua um corpo útil ao Estado, e bom servidor de Sua Majestade, para se criar outro e fiquem ambos senão destruídos, certamente defeituosos; porque um corpo doente, e fraco, que nunca se restabelece, não pode ser proveitoso a si, nem aos mais. De que podem servir ao Estado, e à Coroa, tantas vilas, tantas câmaras, todas doentes e fracas, e nenhuma sã e vigorosa?³⁴

O último trecho contém um elemento suplementar de persuasão: conscientes de que as autoridades metropolitanas nem sempre eram sensíveis às queixas das câmaras coloniais, os oficiais buscam demonstrar que a decadência dos concelhos pode gerar consequências nefastas para a Coroa. Lembremos que, no século XVIII, era corrente em Portugal a ideia de que o número de povoações com o título de vila ou de cidade dava a medida da grandeza e da importância de um reino.³⁵ Ora, segundo a câmara de São José, a instituição de novas vilas em Minas Gerais não seria desejável, pois estas teriam uma curta duração de vida, e era evidente que “uma vila erigida hoje, e pela sua pobreza, ser vista em tal estado que pareça ter sido arruinada, está tão longe de ornar o país, que antes o desfigura”.³⁶

Ao lado deste argumento fortemente imagético e de natureza simbólica, aparecem outros, ligados a uma visão mais pragmática acerca do papel das municipalidades. Os oficiais alegam que o desmembramento dos termos, ao produzirem uma diminuição radical das receitas municipais, impediria as câmaras de continuarem a se responsabilizar por algumas das despesas necessárias

à manutenção da ordem na capitania.³⁷ Além disso, eles tentam provar que o desmembramento de seus territórios resultaria na diminuição do montante de certos impostos devidos à Coroa, em especial os *Donativos*, *Terças Partes* e *Novos Direitos* – taxas impostas sobre os honorários dos oficiais de justiça de cada concelho. A polêmica se instalava a cada vez que se levantava a hipótese do desmembramento de um termo, pois a criação de uma nova vila supunha a instituição de novos lugares de oficiais administrativos e judiciários. Os peticionários dos arraiais afirmavam que estes novos cargos resultariam no aumento do montante de taxas pagas aos cofres reais, ao passo que as câmaras (e, por vezes, os ouvidores) sustentavam, ao contrário, que a multiplicação do número de oficiais em um mesmo território acarretaria uma diminuição desse mesmo montante pago à Coroa.³⁸

Os direitos reais sobre a travessia dos grandes rios eram uma outra fonte importante de receitas da capitania que, segundo as câmaras, poderia ser ameaçada pela fragmentação do território mineiro. Já em 1718, São João del-Rei tentou persuadir a metrópole a anular a criação da Vila de São José, argumentando que o montante das taxas recebidas nas passagens do rio Grande e do rio das Mortes iria diminuir, pois não sendo mais obrigados a ir à cabeça de comarca para “pedir justiça”, os habitantes de São José fariam a travessia dos dois rios com muito menos frequência.³⁹ Oitenta anos mais tarde, quando da fundação da Vila de Campanha, os oficiais de São João del-Rei declaram que a perda deste território lhes tirava os recursos necessários para manter em bom estado as pontes sobre o rio Grande, onde se cobravam os direitos de passagem.

Este argumento foi, contudo, muito menos convincente do que o apresentado em 1800 pelo juiz de fora da nova Vila de Campanha da Princesa. A fim de obter a confirmação dos limites de jurisdição que pretendia, o magistrado coloca em prática uma astuciosa estratégia: em vez de falar de diminuição de direitos reais, ele busca distinguir Campanha das outras vilas, propondo ao Príncipe Regente uma “contribuição anual” que se destinaria “aos alfinetes da Princesa”. Tratava-se, portanto, de uma fonte suplementar de receitas para os cofres reais, composto por um terço dos rendimentos da câmara, que seriam aumentados graças à criação de uma nova taxa municipal⁴⁰ – a “consignação

voluntária” – a ser paga sobre produtos agropecuários vendidos para fora do termo de Campanha.⁴¹

O presente oferecido a Dona Carlota Joaquina, “Princesa do Brasil”, fez de Campanha uma “vila senhorial”,⁴² ou seja, uma vila posta sob a tutela de uma autoridade senhorial (ou régia, neste caso), tanto sob o plano jurídico quanto fiscal.⁴³ Através deste ato,

eles ditos oficiais da câmara, e alguns principais da nobreza, e povo desta vila pretendiam, como vassalos fiéis e agradecidos, dar um testemunho evidente do muito que prezam e estimam a graça e mercê que receberam da Régia benignidade de Sua Alteza Real, não só de erigir a Campanha em Vila, e de criar nela um lugar de juiz de fora, mas também de a honrar com a denominação de Campanha da Princesa (...).⁴⁴

Porém, tal ato estava longe de ser um agradecimento sincero e desinteressado da parte de vassalos fiéis à Coroa portuguesa. Como o valor da consignação voluntária era proporcional ao volume do comércio de exportação e, portanto, ao tamanho do termo, o dom feito aos “cofres da princesa” criava um pretexto para que os limites municipais de Campanha da Princesa fossem os mais extensos possíveis e “se fizesse a divisão do mesmo termo de modo que facilmente se pudesse prevenir toda equívocação nos extravios e fraudes das ditas contribuições”.⁴⁵ O que dava origem a uma nova linha de argumentação: o caráter relativamente “seguro” e “estável” dos limites.

CONFIGURAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DOS TERMOS

Nos pedidos de emancipação dos arraiais, bem como nos pareceres das câmaras e dos ouvidores, aparecem argumentos ligados à forma das circunscrições e à posição geográfica das sedes.

Veremos a seguir que as noções espaciais que serviram de parâmetro para avaliar a eficácia da organização territorial – o tamanho (extensão), a distância, a centralidade – receberam diferentes interpretações. Os atores da reconfiguração do território mineiro também se reapropriaram de antigas teorias sobre os diversos tipos de limites territoriais, seus papéis e suas virtudes,

adaptando-os ao contexto da capitania. Estas ideias são, em alguns casos, representadas de forma bastante explícita nos mapas dos territórios municipais (termos) que acompanham alguns requerimentos das câmaras.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS: EXTENSÃO, DISTÂNCIA, CENTRALIDADE E LIMITES

Examinaremos agora, com mais detalhes, os argumentos baseados nas características espaciais das circunscrições que foram apresentados por defensores e opositores da criação de novas vilas. Cabe precisar que, por uma questão de clareza, analisamos separadamente diferentes tipos de representação que, muitas vezes, parecem associados ou justapostos em um mesmo discurso.

EXTENSÃO TERRITORIAL E DENSIDADE DO POVOAMENTO

No *corpus* estudado, os discursos sobre a extensão dos territórios municipais aparecem associados a raciocínios de tipo administrativo (a proximidade dos juízes) e econômico (a subsistência dos concelhos). Geralmente, os arraiais que desejavam se emancipar afirmavam que as circunscrições às quais pertenciam eram extensas demais, e que eles se encontravam excessivamente distantes de suas sedes. As câmaras e, por vezes, os ouvidores tentavam invalidar este argumento, retorquindo que os desmembramentos acarretariam a decadência das vilas existentes.

É interessante notar o modo como esta extensão territorial é referida. Por vezes, trata-se de números que indicam uma medida em termos de superfície. Como em 1798, quando os oficiais de São João del-Rei se opõem à emancipação de Campanha, argumentando que, com a criação da Vila de Barbacena (1790), já haviam perdido “trinta e cinco léguas” de seu termo.⁴⁶ Convém precisar que, para se referir às superfícies, os contemporâneos utilizavam, em geral, a expressão “léguas em quadra”. Embora as palavras “em quadra” não apareçam na citação acima, a análise dos mapas do período permite concluir que a expressão utilizada pelos oficiais designava uma medida de superfície, e não de uma distância linear medida em léguas.

Porém, o mais das vezes, os locutores tendem a dar uma medida dos termos através da menção do número de arraiais, paróquias e, em certos casos, de julgados ali contidos. Quando a criação da Vila de Campanha é enfim concretizada, a câmara de São João del-Rei tenta demonstrar que a demarcação pretendida pelo juiz de fora iria provocar uma diminuição radical do território da cabeça da comarca. Antes composta de 12 grandes freguesias e de cinco julgados,⁴⁷ este território seria reduzido a apenas uma ou duas paróquias.⁴⁸

Mais raramente, o problema da dimensão territorial aparece associado à densidade do povoamento. Isto acontece principalmente quando os termos das vilas são tão extensos que seu tamanho permanece considerável, mesmo depois da emancipação de uma ou mais freguesias. Como no caso de São João del-Rei: em 1718, a câmara se opõe à criação da Vila de São José, afirmando que, apesar de extenso,⁴⁹ o território de São João era um dos menos povoados de Minas e continha campos “desertos e incultos” que não contribuíam para suprir as necessidades da vila.⁵⁰

Estes argumentos, bem como outros que serão comentados a seguir, demonstram que se a importância demográfica das povoações não estava ausente do espírito dos oficiais e dos magistrados, ela era expressa de maneira bastante vaga. Note-se que algumas representações das câmaras de Portugal, relativas ao projeto de reforma de 1790, apresentam esta mesma característica: o problema da extensão dos territórios e do número de arraiais que eles contêm é lembrado com muito mais frequência do que a quantidade de fogos ou de habitantes das circunscrições – provavelmente porque, nesta época, não existiam censos suficientemente detalhados.⁵¹

Em 1792, o ouvidor de Serro do Frio emite um parecer contrário à emancipação do arraial e de toda a paróquia de Conceição do Mato Dentro, então pertencentes à Vila do Príncipe (sede da comarca), pois esta última já havia sofrido com a perda da jurisdição sobre o arraial do Tijuco e sobre toda a Demarcação Diamantina (que, conforme vimos, estava sob a autoridade dos Intendentes de Diamantes). Segundo o ouvidor, a Vila do Príncipe não poderia sobreviver se lhe tirassem “o mel” – ou seja, os arraiais e zonas rurais bem povoados e vizinhos à sede –, deixando-lhe apenas “o amargo” – os sertões distantes da vila e

pouco povoados, dos quais não se poderia esperar “utilidade” ou proveito a curto prazo. Na opinião dele, “a extensão de terras sem a população nunca poderá deixar de ser uma das causas de ruína e decadência das repúblicas”.⁵²

É interessante observar que esta imagem dos sertões apresentada pelo ouvidor do Serro do Frio contrasta com a que aparece no discurso do governador Luís Diogo Lobo da Silva, examinada no capítulo precedente. O primeiro vê as terras virgens e desertas do interior dos termos de forma negativa, pois seriam improdutivas, ao passo que o segundo apresenta uma imagem positiva destas extensões despovoadas, vistas como zonas de reserva e como uma fonte de receitas em potencial para os concelhos.

A DISTÂNCIA DAS SEDES

Numa época em que os soberanos haviam assumido o dever de assegurar a “tranquilidade” e a “comodidade dos povos”, as distâncias excessivas entre os arraiais e as sedes dos concelhos podiam constituir um argumento bastante persuasivo junto às autoridades de Lisboa. De fato, trata-se de um verdadeiro *leitmotiv* da segunda metade do século XVIII: a questão aparece na maior parte das petições dos arraiais, assim como nos pareceres emitidos pelas câmaras e por outras autoridades da capitania.

É preciso observar que a noção de distância podia receber interpretações muito distintas. Lembremos, em primeiro lugar, que as características do terreno a percorrer podiam tornar penoso um percurso não muito longo: embora o arraial de Santa Luzia se situasse a apenas três léguas da Vila de Sabará (sede da qual dependia), o argumento da dificuldade do acesso foi utilizado pelos moradores. Segundo eles, a viagem à cabeça da comarca era muito custosa, pois precisavam percorrer sertões infestados de “bandoleiros e facinorosos” e transpor cinco rios, cuja travessia era bastante perigosa em tempos de cheia.⁵³

As referências aos obstáculos naturais e ao caráter inóspito das terras a percorrer aparecem em numerosas petições: os itinerários de Minas ora atravessam florestas cheias de bandidos e negros quilombolas, ora campinas selvagens e despovoadas, ora cruzam-se com rios “caudalosos”, ora são interrompidos por serras quase intransponíveis.⁵⁴

Por vezes, temendo que as autoridades de Lisboa considerassem a distância e os obstáculos entre o arraial e a sede pouco penosos para justificar a emancipação, os requerentes apoiam seu pedido em precedentes, ou seja, no fato de que as vilas existentes são também bastante próximas umas das outras. Eles lembram, assim, que há somente três léguas entre a Vila de Sabará e a Vila Nova da Rainha do Caeté, e que a distância que separa Vila Rica da cidade de Mariana, assim como São José e a Vila de São João del-Rei, é inferior a duas léguas. Em outros requerimentos, os habitantes dos arraiais observam que, nas regiões costeiras da colônia, existem vilas muito pouco povoadas e separadas por distâncias de aproximadamente três léguas e que no Reino “as há de uma légua de umas às outras”.⁵⁵

Contudo, a comparação entre os contextos geográficos da colônia e do Reino também serviu de argumento aos oponentes à emancipação dos arraiais. Em 1801, o ouvidor de Serro do Frio juntamente com alguns oficiais de ordenanças consultados sobre a questão emitem um parecer contrário à elevação do Tijuco à categoria de vila. Eles reconhecem que o arraial se encontra a dez léguas de sua sede (Vila do Príncipe) e que a viagem não é cômoda, devido ao terreno acidentado. Todavia, esta distância não lhes parece excessiva pelo fato de ambas as localidades se encontrarem “em uma comarca que tem mais de cem léguas de longitude”.⁵⁶ Ou seja, numa comarca tão extensa, era normal que a distância entre as povoações fosse também considerável.

Introduzindo a questão da densidade demográfica, eles também refutam a alegação dos requerentes a respeito da proximidade entre as vilas mais antigas da capitania: “e não pode servir de argumento a Vila do Caeté, que dista três léguas de Sabará, porque esta comarca [Rio das Velhas], além de ter maior extensão, é mais povoada, o que não acontece na do Serro, por conter muitos sítios ermos e inabitáveis”.⁵⁷ Concluem dizendo que, a seu ver, o número de subdivisões de uma comarca (ou seja, o número de concelhos que ela contém) deve ser proporcional ao seu tamanho e à sua densidade demográfica. Retornaremos a este tema, pois tal ideia será expressa de forma mais explícita no início do século XIX, pelos membros do Conselho Ultramarino encarregados de resolver o conflito entre Campanha e São João del-Rei.

Em 1819, o argumento no qual se apoia o pedido dos habitantes da freguesia de Conceição do Mato Dentro também é contestado pelo ouvidor de Serro do Frio. Este último minimiza as dificuldades dos habitantes dos diversos “arraiais, aplicações e fazendas” que compunham a paróquia, obrigados a percorrer “onze, dezesseis, vinte ou vinte quatro léguas” para chegar à Vila do Príncipe. Segundo ele, nesta região, “10 léguas se reputam em menos que uma ou duas no Reino de Portugal, em um país onde há hábito de cavalgar em bestas muares, de quase gratuito sustento, [o que] torna bem pouco onerosas tais jornadas”.⁵⁸

Notemos enfim que, por vezes, as autoridades não se contentavam em relativizar as distâncias entre os arraiais e as sedes, mas chegavam mesmo a colocar em dúvida o interesse de aproximar a população dos seus juizes. Foi o que fez o ouvidor de Serro do Frio, em seu parecer sobre a emancipação do arraial de Conceição:

Esta razão [a distância excessiva] por si só fazia bastante para se decidir a seu favor, se na verdade fosse muito conveniente aos povos a multiplicidade e a proximidade dos juizes: porém estou persuadido que eles lucram pela distância, porque quanto mais próximos têm os julgadores, tanto mais [se] entregarão a demandas; uma arranhadura, um desses quase insignificantes casos de querela ou injúria é trazido a juízo se o julgador se acha bem vizinho, mas se está distante, amigos comuns intervêm na questão (...) e os ânimos e o tempo que havia de se gastar nos auditórios empregam-se na lavoura, o dinheiro que havia de correr para os escrivães, requerentes e rúbulas tem mais útil destino.⁵⁹

Em 1798, os oficiais de São João del-Rei, prevendo que a criação da Vila de Campanha ocasionaria grandes perdas territoriais, já tinham apresentado razões semelhantes para provar a inutilidade de novos centros de jurisdição na comarca do Rio das Mortes. Referindo-se à criação das vilas de Tamanduá, Queluz e Barbacena, eles afirmam:

Os moradores (...), como têm o juiz mais à mão, dirigidos mais pela vingança e paixão que pela utilidade e justiça, por qualquer coisa movem pleitos, as injúrias e querelas são mais frequentes. Dantes (...) estes se desvaneciam pela dificuldade (...), por ser preciso ir ou à Vila de São João, ou à de São José, gastar na

jornada e meter tempo de permeio, que os fazia mais prudentes e sábios: e só os mais precisos e indispensáveis eram postos. Hoje suspiram os povos pela tranquilidade em que viviam, e gemem pela inquietação que sofrem: se estivesse nas nossas mãos, dizem eles, desfazer as vilas, concorreríamos todos com a nossa fazenda para o conseguirmos (...) era um maior bem se não se fizessem as vilas, e foi um maior mal o fazê-las.⁶⁰

É surpreendente encontrar este tipo de argumento numa época em que a melhoria do acesso e da qualidade da justiça estava na ordem do dia – e, sobretudo, sob a pluma do ouvidor do Serro do Frio, um representante da justiça letrada.⁶¹ Isto demonstra, uma vez mais, em que medida a criação das vilas e a organização territorial de Minas Gerais dependiam de interesses particulares das câmaras e dos magistrados, que nem sempre se dispunham a apoiar mudanças que diminuíssem seu poder e seus rendimentos.

A CENTRALIDADE DAS SEDES

Tal como a noção de distância – à qual, com frequência, aparece associado –, o princípio da centralidade inspira uma grande variedade de interpretações. Note-se, aliás, que este argumento não é utilizado exclusivamente nas discussões sobre a criação de novas vilas, mas surge também quando se trata de escolher a sede de outras circunscrições.

Conforme vimos, nos primeiros anos da ocupação da região das minas, o Conselho Ultramarino recomendara que a capital da capitania fosse situada na posição mais central possível.⁶² Em 1752, o bispo de Mariana sugeria que a sede da freguesia de Roça Grande fosse transferida para a igreja do arraial de Santa Luzia, não apenas porque este edifício era maior e mais rico que a matriz de Roça Grande, mas também porque Santa Luzia se encontrava mais próxima do centro da circunscrição eclesiástica.⁶³

É preciso observar também que a centralidade reivindicada por certas localidades de Minas Gerais nem sempre estava relacionada com os limites das circunscrições das quais faziam parte. Muitas vezes, não se tratava de demonstrar que essas povoações estavam melhor localizadas do que outras para se tornarem sedes de uma paróquia, de um concelho ou de uma comarca existente, mas de convencer as autoridades da necessidade da criação de uma

nova unidade territorial, e de mostrar que elas seriam as sedes ideais em razão de sua posição central.

Os exemplos são numerosos. Em 1795, os moradores da zona designada por “continente e campanha do Rio Verde” pedem à rainha Dona Maria I a promoção do arraial de Campanha à condição de vila. Os limites que propõem para seu termo são cuidadosamente escolhidos de forma que a nova vila se encontre “quase no meio deste vasto território, com mais de quinze léguas por um e outro lado, até os seus confins”.⁶⁴ Em 1791, o arraial de Conceição do Mato Dentro, que já era sede de uma freguesia, desejava se emancipar da Vila do Príncipe e se tornar vila. Em sua petição, ele faz valer sua posição geográfica: o arraial se situa “a uma boa distância” e “no meio” de diversos outros povoados, os quais deveriam ser incluídos no termo da nova municipalidade, pois se encontravam muito distantes de suas sedes de jurisdição.⁶⁵ Em 1790, um dos argumentos utilizados para justificar a criação da Vila de Queluz é o de que o arraial de Carijós seria a sede de uma freguesia situada “no ponto mais central” em relação a outras sedes paroquiais dos arredores (Ouro Branco, Congonhas do Campo, Itaverava), as quais dependiam, no plano civil, de vilas muito distantes (Vila Rica, Mariana, São José). Consequentemente, seria útil integrar estes arraiais ao termo de uma nova vila cuja sede seria o arraial de Carijós.

Todavia, neste último exemplo, o argumento da centralidade não é evocado de modo exclusivamente geométrico. Em sua petição, os moradores de Carijós lembram também que seu arraial se encontra em uma posição estratégica, “na Estrada Real que leva ao Rio de Janeiro”.⁶⁶ De fato, nem sempre a questão gira em torno de uma centralidade topográfica e geométrica, mas de uma centralidade funcional – ou seja, de uma posição favorável em relação à rede de caminhos e ao fluxo comercial.⁶⁷

Em seu pedido de concessão do título de vila, os habitantes do arraial de Igreja Nova (sede da paróquia de Borda do Campo) mencionam as consideráveis distâncias e os obstáculos naturais que os separam de São José e de São João del-Rei, mas destacam, sobretudo, a posição privilegiada da localidade. Igreja Nova situa-se na Estrada Real, sendo “a primeira povoação das Minas vindo do Rio de Janeiro”.⁶⁸ Com efeito, é esta posição estratégica que fará a prosperidade da Vila de Barbacena, criada no arraial de Igreja Nova, em 1791: periférica em relação aos limites da capitania, ela

é, contudo, bastante “central” no que diz respeito aos caminhos terrestres mais importantes. Em diversas representações, Barbacena aparece como uma “barra” (confluência), como uma encruzilhada de caminhos pelos quais “entram e saem tropas, e quase todos os negociantes de Minas, Cuiabá e Mato Grosso”.⁶⁹

Em alguns casos, aliás, esta “centralidade funcional” (relativa aos fluxos de comércio) é considerada como mais valiosa e útil do que a centralidade geométrica, pois, mesmo se a posição central das sedes parece sempre desejável do ponto de vista da organização judiciária, ela pode, por outro lado, ser antifuncional em outros aspectos. Em 1815, 17 anos após a criação da Vila de Campanha da Princesa, sua situação foi julgada como pouco vantajosa para receber uma função administrativa suplementar – a de sede de uma nova comarca:

É constante ser a Vila da Campanha da Princesa, pela sua situação central, muito pouco frequentada de relações comerciais, não concorrendo por isso os povos à mesma, nem podendo ali achar os socorros necessários da justiça por falta de bacharéis formados em leis, que não conserva ao menos um, nem advogados de conceito para aconselharem o justo, e requererem justiça, o que muito pelo contrário se verifica em São João del-Rei, que floresce pelo comércio e tem bacharéis e hábeis advogados, e para onde as partes acham mais frequentes meios de recorrerem.⁷⁰

Percebe-se que, ao emitir seu parecer sobre a capacidade de Vila de Campanha para acolher uma nova instituição administrativa, o ouvidor de Rio das Mortes considera sua situação geográfica como uma deficiência que criaria uma sucessão de efeitos negativos. Situando-se em uma posição geometricamente “central”, esta vila está, porém, afastada das principais vias de circulação de mercadorias que atravessam as partes periféricas da comarca de Rio das Mortes e que se cruzam em Barbacena e em São João del-Rei. Mal servida em termos de estradas, ela é pouco comercial, pouco frequentada pelos habitantes da região e também muito raramente escolhida como local de residência de advogados e representantes da justiça letrada.

Retomaremos, mais adiante, este último aspecto – a presença de advogados nas sedes de jurisdição –, pois ele aparece em outras representações como um atributo de algumas vilas. Porém, cabe já observar que tal alusão à capacidade das vilas em atrair pessoas

“nobres” e magistrados reforça a ideia de que as reformas em favor da “boa administração da justiça” do final do século XVIII não se sustentavam exclusivamente em critérios quantitativos. Ou seja, elas não levavam em conta apenas o número de sedes de jurisdição ou de léguas que separavam as populações de seus tribunais, mas também a “qualidade”, a “ciência” dos homens de lei disponíveis nestas localidades. Assim, tanto quanto a distância, o argumento da centralidade poderia ser facilmente refutado: não era útil submeter populações a uma sede mais próxima ou mais “central” se não houvesse ali juízes e advogados competentes.

Nota-se, a propósito, que as sedes dos concelhos mais antigos da capitania (Vila Rica, Mariana, Sabará, Caeté, São João del-Rei e São José) são algo excêntricas em relação aos limites das circunscrições. Esta característica será, aliás, fortemente criticada e constituirá um dos argumentos para defender a ideia de uma reforma geral da malha administrativa de Minas Gerais, após a independência política da colônia.⁷¹

OS LIMITES DOS TERMOS: RACIONALIDADE, PERENIDADE E FISCALIDADE

As considerações sobre o caráter “natural”, “perene” e “racional” dos limites das circunscrições merecem uma análise específica, já que elas serviram de base a diversas linhas de argumentação durante o processo de definição das fronteiras da capitania e de suas circunscrições.

Como se sabe, no século XVII, alguns espíritos clarividentes haviam explicitado a oposição existente entre, por um lado, as “divisões humanas” (civis ou eclesiásticas), resultantes dos acasos da história e de “um desejo de posse e propriedade” e, por outro, as “divisões naturais, antigas, estáveis, universais”, que eram “a expressão da vontade providencial”.⁷² No século seguinte, surgiria um novo princípio filosófico: a natureza se tornava “a fonte das luzes e a garantia da razão”.⁷³ Para não se enganar no seu trabalho de planificação, o homem devia escutar a natureza e obedecer às suas benfazejas leis.⁷⁴

Porém, no universo português, o desejo de criar limites administrativos que fossem materializados por elementos naturais não provinha de considerações de ordem metafísica (ligadas à

Providência, a uma “lei divina”), tampouco de uma “ideia de personalidade, de identidade regional”, como foi o caso nos debates pós-revolucionários da França.⁷⁵ Na metrópole, como na colônia, este desejo encontra-se associado a uma vontade de racionalizar a distribuição dos diversos poderes e jurisdições. Como os elementos topográficos eram frequentemente percebidos como obstáculos à circulação das pessoas, o fato de serem escolhidos como limites das circunscrições poderia tornar o interior destas últimas mais “cômodo” – ou seja, mais facilmente transitável por seus habitantes e pelas autoridades.

No que toca à América portuguesa, tal vontade de racionalizar os limites manifesta-se de forma clara desde o início do século XVIII. Lembremos que, segundo as instruções do rei de Portugal, os mapas dos “padres matemáticos” deveriam conter não apenas a indicação dos limites das circunscrições (civis e eclesiásticas) existentes – cuja localização resultava da ocupação progressiva do território pelos colonos –, mas também sugestões de limites mais convenientes a serem adotados. Ou seja, de limites mais “cômodos” e mais “seguros”, que seriam definidos pelos “rios, montes e serranias”.⁷⁶

Mas foi somente na segunda metade do século que as autoridades de Minas Gerais cogitaram remanejar algumas unidades político-administrativas da capitania. Foi o que ocorreu em 1765, quando Luís Diogo Lobo da Silva escolheu a serra do Mello e o Rio Pomba como limites “permanentes”, mais “cômodos” e mais “racionais” para dividir os termos da cidade de Mariana e o da Vila de São José, bem como as comarcas do Ouro Preto e do Rio das Mortes. Este cuidado com a racionalidade dos limites aparece ora como uma medida de otimização da organização judiciária e fiscal, ora como uma tentativa de solucionar definitivamente os conflitos territoriais entre as vilas.

Segundo testemunhos da época, os elementos naturais – em especial, os rios – eram divisões “perenes”, ao passo que marcos de pedra ou de madeira podiam ser quebrados ou mudados de lugar, de acordo com os interesses de um ou outro concelho.⁷⁷ Contudo, o relevo acidentado e a vasta rede hidrográfica da capitania tornavam difíceis as escolhas: diante de tantos rios, serras e morros, a definição dos limites gerava controvérsias. No século XVIII, a principal questão que se colocava era saber quais

seriam os cursos d'água mais “imutáveis”, já que o rio – muito mais do que a montanha – é o melhor “exemplo de um limite ao mesmo tempo natural e inconstante”.⁷⁸

Na Europa, há muitos séculos os juristas se interessavam “pelas questões teóricas e práticas relativas às mudanças de leitos e aos aluviões”.⁷⁹ Não é, pois, surpreendente que encontremos debates ligados a tais problemáticas em Minas Gerais, onde as cheias e as divagações dos cursos d'água eram frequentes e, na maioria das vezes, não advinham de fatores naturais, mas de intervenções humanas – em particular, das barragens e dos canais feitos nos riachos e córregos pelos proprietários dos serviços de minerar.

Quando o curso de um rio limítrofe era alterado por este tipo de obra, tornava-se necessário decidir entre duas linhas divisórias possíveis: a que correspondia ao novo itinerário seguido pela água ou a que correspondia ao traçado do leito antigo.⁸⁰ Segundo os textos de juristas e teóricos europeus, se a alteração de um curso d'água era pouco acentuada, ele devia permanecer como limite, “aumentando as terras sob a jurisdição de um e diminuindo as do outro”. Mas, em caso de modificação brutal, o limite deveria ser fixado “sobre o leito abandonado”, ignorando-se o novo itinerário seguido pela água.⁸¹

Tal questão foi debatida pelas vilas de São José e de São João del-Rei em 1790, pois o rio Elvas – escolhido como limite entre os dois concelhos em 1719⁸² – havia sido desviado “de seu curso natural” pelos mineradores. Este desvio criava um problema de jurisdição e de direito de captação de impostos sobre um pequeno trecho do terreno, situado entre o antigo e o novo leito do rio, onde negros pobres e forros começaram a erigir um arraial. Ainda que se tratasse de uns poucos “ranchos de capim” e de modestas vendas, as duas câmaras disputavam o direito de cobrar taxas dos moradores deste povoado nascente.⁸³

Os grandes rios não apresentavam este tipo de inconveniente: eram menos susceptíveis às variações naturais e suas poderosas correntes tornavam impossível a construção de barragens e canais paralelos para as explorações auríferas.⁸⁴ Por serem mais “perenes” e “seguros”, os “rios caudalosos” eram considerados como os elementos topográficos ideais para servirem de limites. É o que se depreende de uma carta enviada a Lisboa pela câmara de São José no início do século XIX, na qual ela se queixa da demarcação de seu território feita pelo ouvidor de Rio das Mortes

após a criação da Vila de Queluz. Os oficiais explicam que esta divisão era prejudicial aos habitantes do “continente” do Rio do Peixe (para os quais seria mais “cômodo” pertencer a São José do que a Queluz). Além disso, afirmam que os limites escolhidos não eram duráveis “porque em uns lugares é um pequeno regato, em outros é também divisa pouco estável”, pedindo, então, que o limite fosse estabelecido sobre o rio do Brumado.⁸⁵

O argumento da perenidade dos limites materializados pelos grandes rios já havia sido utilizado na capitania quarenta anos antes. Quando das disputas territoriais entre os governadores de Minas Gerais e de São Paulo, o conde da Cunha, vice-rei, sustentara que os limites ideais para os dois governos seriam o rio Grande e, sobretudo, o rio Sapucaí – “caudaloso, memorável, tão largo e profundo, que bem podem navegar por ele navios de alto bordo, e como tal com cama invariável, perpétua e permanente”.⁸⁶ Estes elementos seriam muito mais seguros do que os que as autoridades de Minas haviam preferido, ao colocarem marcos divisórios sobre a serra da Mantiqueira e alguns morros isolados. Sobre tudo estes últimos podiam suscitar muitas dúvidas, já que os morros deste continente não só podiam ser removidos pelos trabalhos de mineração, mas tinham formas pouco marcantes: “porque além de não terem duração, sempre há dúvidas sendo sua divisão por montes, sobre suas vertentes, maiormente quando eles não levam seguimentos direitos, mas em voltas, como são quase todos os do continente das Minas”.⁸⁷ Quanto aos marcos, tampouco representavam limites duráveis, pois podiam ser arrancados, avançados ou recuados, segundo os interesses particulares.

Tais justificativas foram inúteis: conquanto a racionalidade das circunscrições e a “comodidade dos povos” estivessem na ordem do dia, os interesses financeiros da Coroa eram prioritários. Ora, sob este ponto de vista, era mais vantajoso oficializar limites que determinassem um aumento do território de Minas Gerais, ou seja, os que foram estabelecidos em 1765, pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva, e que eram materializados pelos marcos e registros construídos ao longo da serra da Mantiqueira.

Já abordamos as relações existentes entre as políticas fiscais e a questão das fronteiras da capitania, em meados do século XVIII. Observa-se que os mesmos tipos de argumentos ressurgem durante os conflitos territoriais entre as municipalidades da

comarca de Rio das Mortes – em particular durante as disputas ligadas à demarcação do termo da Vila de Campanha da Princesa. Nos documentos relativos ao longo processo de definição dos contornos deste novo concelho, as considerações sobre o carácter “estável” dos limites ditos “naturais” foram associadas a argumentações de ordem política e econômica. A câmara de São João del-Rei tenta preservar uma parte de seu território, afirmando que o limite da nova vila deve ser situado sobre o rio Verde: um rio “caudaloso e navegável”,⁸⁸ que era sem dúvida a divisão ideal, “por ser a melhor, e mais assinalada e sem prejuízo algum entre uma, e outra vila”.⁸⁹ No entanto, os homens bons de Campanha preferiam o rio Grande, “uma demarcação firme e incontestável”, capaz de eliminar “todos os meios de se poderem renovar as antigas e habituais controvérsias, sempre agitadas pelo orgulho da cabeça da comarca”.⁹⁰

Todavia, mais do que o carácter “natural”, a “perenidade” ou a “visibilidade” dos limites, foi o argumento fiscal que se mostrou decisivo. Era preciso fazer com que o território de Campanha fosse “fechado” de forma a impedir as fraudes: os limites propostos deviam permitir uma coleta eficaz do imposto sobre as mercadorias negociadas com outras vilas – a consignação voluntária –, cuja terça parte havia sido oferecida à esposa do Príncipe Regente:

Por todas essas razões acima ponderadas, e que foram presentes ao dito juiz de fora, e oficiais da câmara de comum acordo, assentaram que a demarcação do termo da vila da Campanha da Princesa se entenderá da parte do norte pelo rio Grande, desde sua origem, no espigão da serra da Mantiqueira (...) até o seu encontro com o rio Pardo ou fins desta Capitania (...). E da parte do sul, pelas divisas da mesma, fechadas pelos registros que defendem os seus limites.⁹¹

Em maio de 1800, três meses após a publicação do auto de demarcação pela câmara de Campanha, o governador Bernardo José de Lorena confirma os limites da nova vila a partir do rio Grande. Segundo ele, “os rios caudalosos eram as melhores divisas para todo gênero de demarcação” e este seria, a seu ver, a “divisa mais natural entre as duas vilas”.⁹² Como veremos no final deste capítulo, tais argumentos não foram, contudo, suficientes para convencer a câmara de São João del-Rei, que apela da decisão junto às autoridades de Lisboa.

AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DOS TERRITÓRIOS MUNICIPAIS

Embora criticados pelos opositores da emancipação dos arraiais, os argumentos relativos à distância entre estas povoações e as sedes (vilas) são onipresentes na correspondência analisada e suscitaram a confecção de diversos mapas.

Na segunda metade do século XVIII, os governadores encarregam o militar José Joaquim da Rocha de realizar levantamentos topográficos do território mineiro, de modo a solucionar os diversos conflitos relativos aos limites externos e internos da capitania. Os mapas deveriam indicar especialmente as distâncias entre as localidades das comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes, permitindo a definição de limites mais “cômodos” entre as duas circunscrições.

Conforme vimos, os documentos desenhados na década de 1770 por Rocha constituem as primeiras cartas da capitania que incluem coordenadas geográficas e escala gráfica, tendo posteriormente servido de base para a confecção de outros mapas. Estas representações cartográficas do território mineiro foram, por vezes, utilizadas para reforçar a argumentação de certos arraiais, em seus pedidos de promoção à categoria de vila. Em 1801, o “procurador do povo” do arraial de Tijuco escreve ao Príncipe Regente, afirmando que bastava “um pequeno golpe de vista” nos mapas da capitania de Minas Gerais para constatar a existência de várias vilas situadas bastante próximas umas das outras, em distância de duas a três léguas. O pedido de emancipação do Tijuco seria, portanto, absolutamente conforme e aceitável, pois o arraial ficava a dez léguas de sua sede, a Vila do Príncipe.⁹³

Por outro lado, as vilas preferiram acompanhar suas argumentações defensivas de mapas *ad hoc*. A partir da década de 1770 (concomitantemente ao trabalho cartográfico de Rocha), diversas câmaras produziram mapas dos seus termos, para servirem de provas nos conflitos territoriais ligados a emancipações ou anexações de arraiais.⁹⁴ Os títulos e legendas destas representações cartográficas, bem como os documentos escritos que, em certos casos, os acompanham, demonstram que seus autores os consideravam como provas científicas. Os mapas são apresentados como “topograficamente exatos”;⁹⁵ são desenhados em escala e confeccionados “segundo as observações [astronômicas] de Capassi”;⁹⁶

enfim, têm como objetivo “fazer conhecer a verdade”,⁹⁷ oferecer “o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno”.⁹⁸

As distâncias entre as localidades são ora indicadas no desenho (acima das linhas que representam os caminhos que ligam as vilas aos arraiais), ora nas legendas; em outros casos, elas não aparecem de maneira tão explícita, mas podem ser calculadas através da escala gráfica. Assim, na “Carta Geográfica do Termo de Vila Rica” (conferir Figura 5.2, Capítulo 5), a escala “ou pe-tipé em léguas” deveria servir como prova de que esta vila é “mais próxima dos arraiais de Catas Altas da Noruega, Itaverava e Carijós” do que a Vila de São José, à qual estas povoações estavam subordinadas.⁹⁹

A ideia de centralidade é muito menos explícita nestes desenhos do que a da distância. De fato, não encontramos representações do território municipal tão eloquentes quanto as de tipo radial ou concêntrico realizadas por localidades francesas na época da divisão dos *départements*, ou como as que foram elaboradas por certas câmaras portuguesas quando do projeto de reforma das comarcas.¹⁰⁰

Assim, o círculo que aparece no mapa de Paracatu do Príncipe não corresponde aos limites pretendidos pelo termo da nova municipalidade: partes dos termos de outras vilas da comarca de Rio das Velhas (Pitangui e Sabará) foram, ali, incluídas (Figura 6.1). Aparentemente, esta forma circular serve apenas para orientar e enquadrar o desenho, os quatro pontos cardeais estando indicados no exterior do perímetro.¹⁰¹ Contudo, é preciso notar que a sede (Vila de Paracatu) não ocupa o centro exato do círculo, mas situa-se bem no meio do termo de Paracatu, cujos limites não são explicitamente indicados, mas apenas sugeridos: o rio São Francisco até a sua nascente, seu afluente Carinhanha, os ribeirões Paranaíba e São Marcos. Observa-se também que a centralidade da sede é “geométrica” e “topográfica”, mas também “funcional”, no sentido anteriormente discutido: a Vila de Paracatu é representada como uma encruzilhada de importantes estradas que a ligam a Pitangui, a Goiás, à Vila de Sabará e à sede do julgado de São Romão.

De forma semelhante, em alguns mapas produzidos pela Vila de Campanha, para conseguir a confirmação do seu imenso termo, a câmara não se contenta em reafirmar (pela indicação

das distâncias) a centralidade topográfica, já descrita em seus pedidos.¹⁰² Nestas representações (Figura 6.2), a vila aparece como um ponto estratégico para o qual convergem todos os caminhos que atravessam a parte central da comarca e que ligam Campanha da Princesa aos mais importantes arraiais (as sedes das freguesias). Pode-se notar, ademais, que o cartógrafo tomou o cuidado de não representar a Estrada Real, a fim de ocultar o fato de que a vila estava bastante afastada da estrada mais importante da região.¹⁰³

É interessante observar que, em certos mapas, os limites dos termos são simplesmente sugeridos pela presença de elementos naturais – montanhas e rios, representados nas extremidades do desenho. Assim, nem sempre é fácil compreender, pela simples observação dos documentos, quais destes acidentes geográficos foram escolhidos para delimitar os concelhos, sendo muitas vezes necessário se apoiar nos textos referentes aos processos de demarcação.

Por outro lado, os mapas que representam o termo de Campanha não deixam qualquer dúvida sobre os limites que o juiz de fora e a câmara queriam ver retificados por Lisboa. Como seu argumento repousava na necessidade de se criar um território bem “fechado”, o cartógrafo representou as fronteiras do termo como barreiras intransponíveis, verdadeiras “muralhas”. Ele destaca tanto os marcos naturais propostos – o rio Grande e a serra da Mantiqueira – quanto os artificiais (registros e guardas militares), que aparecem no mapa sob a forma de uma sequência de “portas” ligadas por muros ou cercas, dando a impressão de que a fronteira era um obstáculo concreto e contínuo, tão difícil de ser transposto quanto os mais imponentes acidentes geográficos (conferir Figura 4.5, Capítulo 4).

O mapa da comarca do Rio das Mortes, encomendado pela câmara de São João del-Rei (Figura 6.3), também assinala nitidamente os limites das circunscrições, e por uma razão bem clara: seu objetivo era o de evidenciar a redução radical do território da cabeça de comarca, bem como o “excessivo” tamanho do termo atribuído à nova Vila de Campanha da Princesa. O título do mapa é, aliás, explícito em relação à sua finalidade: “Novo Mapa Topográfico orientado (...) por um conhecimento mais exato e verdadeiro do terreno que constituía o termo da Vila de São João del-Rei antes da criação da Vila de Campanha (...)”. Esse belo

desenho indica não apenas os limites da comarca do Rio das Mortes e dos termos das duas vilas, mas também os de todas as paróquias e julgados anteriormente pertencentes à São João, e que haviam sido incluídos nos limites de Campanha.¹⁰⁴

No entanto, tais esforços cartográficos foram, na maioria das vezes, inúteis. Diversos indícios sugerem que as autoridades às quais tais documentos foram enviados nem sempre os consideraram como peças comprobatórias. Em 1803, o governador Bernardo José de Lorena colocava em dúvida a exatidão dos mapas apresentados pela câmara de Campanha – embora já tivesse confirmado, há três anos, os limites da nova vila. Em uma informação enviada ao Conselho Ultramarino, ele afirma que “naquela capitania não havia um oficial engenheiro e que por esse motivo, não lhe devendo fé nenhum dos dois mapas, muito menos se devia dar ao da Vila de Campanha da Princesa, da qual inteiramente ignorava o seu autor”.¹⁰⁵

Com efeito, tudo leva a crer que, diante da escassez de cartógrafos e engenheiros em Minas Gerais, os mapas municipais tenham sido feitos por pessoas sem formação específica em cartografia e segundo informações fornecidas pela “gente prática da terra” – isto é, pelos primeiros moradores, que conheciam bem a região.¹⁰⁶ Os documentos analisados sugerem, com efeito, que a credibilidade destes mapas dependia do grau de instrução e da respeitabilidade de seus autores. Os magistrados portugueses ou formados em Coimbra¹⁰⁷ certamente tinham mais credibilidade do que um minerador como Francisco Salles, que assina um dos mapas apresentados pela Vila de Campanha – embora este fosse um membro da elite local, ocupando o honorífico posto de capitão de ordenanças.¹⁰⁸ De fato, os mapas relativos ao processo de demarcação dos limites da Vila de Campanha aparentemente não desempenharam um papel relevante nas decisões tomadas pelos ministros do Conselho Ultramarino.¹⁰⁹

COEXISTÊNCIA E EVOLUÇÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS

A disputa territorial relativa à criação da Vila de Campanha da Princesa e à demarcação do seu termo durou mais de uma década. Na abundante correspondência e na cartografia produzidas durante este conflito, aparecem quase todos os sistemas de

argumentação identificados e analisados neste capítulo, tais como a distância e a centralidade das sedes, ou o caráter “natural” e “perene” dos limites. Parece-nos importante indicar o desenlace deste conflito, a fim de evidenciar dois aspectos.

Por um lado, nota-se a coexistência, em um mesmo discurso, de representações que podem ser qualificadas de “tradicionais” ou “conservadoras” (as que remetem aos direitos históricos, à antiguidade dos limites, aos atributos honoríficos das vilas) e de representações “modernas” e “reformadoras” (referentes à otimização das estruturas judiciárias, à racionalização das unidades territoriais e à melhoria da circulação de homens e bens no interior da capitania). Por outro lado, pode-se identificar a emergência e a progressiva afirmação de um novo parâmetro de avaliação: a dimensão demográfica dos territórios.

Notemos, primeiramente, que, em 1800, Bernardo José de Lorena aprova a delimitação do termo de Campanha pelo “caudaloso” rio Grande, conforme desejavam o juiz de fora e a câmara. Não obstante, o governador manifesta uma reserva, demonstrando que não era insensível aos argumentos de São João del-Rei. Segundo ele, toda a freguesia de Lavras do Funil deveria permanecer sob a jurisdição da cabeça da comarca, de modo a evitar a decadência de uma vila “sempre distinta em pontos de fidelidade, ainda nos tempos mais antigos e procelosos desta Capitania”.¹¹⁰

Mas a Vila de Campanha logo obtém do Príncipe Regente a anulação (temporária, como veremos) desta decisão, graças a um argumento de ordem fiscal: como Lavras do Funil encontrava-se ao sul do rio Grande (que era o limite setentrional do termo de Campanha), tal freguesia se tornaria uma espécie de enclave que complicaria a arrecadação da consignação voluntária.¹¹¹ Como se vê, nas duas representações misturam-se atributos honoríficos e critérios de racionalidade administrativa.

Em 1807, diante dos reiterados protestos do ouvidor e da câmara de São João del-Rei – sempre rebatidos pelos argumentos da câmara de Campanha –, os ministros do Conselho Ultramarino se viram instados a encontrar uma solução definitiva para a contenda e, pela primeira vez, pareciam realmente interessados pelo caso. Foi então que se conscientizaram da imensidão do território de jurisdição atribuído ao juiz de fora e à câmara de Campanha: tratava-se de um concelho tão vasto, que mais parecia

uma comarca.¹¹² Surpreendidos pelo fato de que o governador de Minas tivesse ratificado tais limites, concluíam pela necessidade de modificar a demarcação, pois ela só convinha aos interesses do juiz de fora de Campanha.¹¹³

Embora reconhecendo algumas qualidades na delimitação em vigor – em que se “observam limites naturais pelas correntes dos rios”¹¹⁴ –, os conselheiros não os julgaram convenientes, pois os critérios de “distância e comodidade dos povos” não eram respeitados. Além disso, esta demarcação era prejudicial a São João del-Rei, a “vila cabeça da comarca, que merece toda a consideração”.¹¹⁵ Encontra-se aqui a ideia, tradicional, de uma “dignidade” das vilas associada ao tamanho de seu território; nota-se que tal argumento é utilizado sobretudo quando se trata de localidades que exercem funções prestigiosas, como a de sede de comarca.

Os conselheiros do rei sugerem novos limites que lhes parecem mais apropriados. Porém, “pela incerteza das cartas ou por qualquer outra confusão que delas deriva”¹¹⁶ – outro comentário que demonstra que os altos funcionários atribuíam pouco crédito a estes documentos –, eles preferem delegar a decisão final a pessoas que conhecem bem a região: o ouvidor do Rio das Mortes e o governador de Minas Gerais.¹¹⁷ Segundo as instruções enviadas por Lisboa, os dois deveriam privilegiar critérios distintos dos que haviam prevalecido até então:

Seria mais conveniente que o Governador, na presença do mapa da população, dividisse o terreno, guardando quanto for possível a demarcação natural dos rios e montes, mas de forma que a nova vila não prejudique a matriz em excesso de habitantes, a cujo número, e não à extensão do terreno, se deve atribuir a preponderância, e não parecia justo dar-se atenção a direitos particulares, porque tudo devia ceder à causa pública e bom regimento dos povos.¹¹⁸

Como se vê, o caráter “natural” dos limites e a extensão dos termos eram parâmetros que podiam ser levados em conta, mas não deveriam constituir critérios preponderantes. O ideal que se buscava não era um equilíbrio de tipo geométrico entre as circunscrições: para que a criação de Campanha não fosse prejudicial à cabeça de comarca, a decisão deveria se fundamentar

no exame dos dados demográficos de cada uma das freguesias que compunham ambos os concelhos.

Notemos que, 14 anos antes, os juízes demarcantes – magistrados encarregados de delimitar as circunscrições de Portugal continental segundo o projeto da reforma de 1790 – haviam fixado uma base demográfica para dimensionar as unidades territoriais. O critério da distância das sedes (máximo de cinco léguas) deveria prevalecer sob uma condição: após a delimitação, não deveria existir mais nenhuma comarca com menos de seis mil fogos.¹¹⁹

No tocante a Minas Gerais, os conselheiros de Lisboa foram mais vagos: eles não estabelecem nenhum patamar abaixo do qual o número de habitantes seria considerado insuficiente. Porém, apesar desta imprecisão, assistimos aqui à emergência da demografia como critério essencial para a avaliação da importância dos concelhos e para a elaboração de uma malha administrativa equilibrada e racional; trata-se de um fato que anuncia o início da era estatística em Minas Gerais.¹²⁰

Já conhecemos o resultado das análises solicitadas pelo Conselho Ultramarino. Por um lado, São João del-Rei consegue preservar a jurisdição sob a paróquia de Lavras do Funil. Por outro, apesar dos protestos da câmara de Campanha, que retoma os argumentos fundados no imposto da consignação voluntária, o vasto território desta vila acaba por ser redividido em 1814, com a instituição das duas últimas vilas do período colonial – Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí.¹²¹

A decisão dos ministros do Príncipe Regente parece ter sido o resultado de uma reflexão que já se afastara dos critérios ligados aos privilégios e aos direitos históricos. Ao mesmo tempo em que levava em conta a questão da “comodidade dos povos” e da dimensão ideal dos territórios de jurisdição, o Conselho Ultramarino mostrou-se, então, particularmente sensível “ao aumento dos povoadores, que têm tido, e vão continuando a ter aqueles distritos”.¹²² De fato, segundo uma memória descritiva da capitania, redigida no início do século XIX, Baependi era então um “notável arraial”, bem povoado e bastante rico, graças à produção do tabaco, exportado para as regiões costeiras da colônia.¹²³

Tentemos, agora, um rápido resumo da evolução dos critérios de avaliação das unidades político-administrativas que pudemos identificar na correspondência analisada ao longo dos dois últimos capítulos. Entre o início do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, observa-se uma clara transformação dos parâmetros utilizados para definir as subordinações territoriais e a forma das circunscrições administrativas mineiras.

Inicialmente, as autoridades dos concelhos utilizam, sobretudo, o argumento dos direitos históricos como forma de assegurar o controle de diversos arraiais. Para comprovar estes direitos, as câmaras podiam apresentar os autos de tomada de posse (“civil e eclesiástica”) das terras, ou fazer um relato sobre os esforços despendidos para sua colonização.

Durante a primeira metade do século XVIII, prevaleceu, portanto, a ideia de que tais aparelhagens jurídicas bastavam para ratificar e oficializar as subordinações e interdependências territoriais criadas ao longo de várias décadas. Mas, pouco a pouco, foi se afirmando uma nova leitura política do espaço. Ao invés de institucionalizar unidades territoriais que privilegiavam a continuidade, mantendo a tradição e o *status quo*,¹²⁴ tratava-se de adaptar a geometria das circunscrições às exigências da administração da justiça. Uma vez que esta última deveria ser rápida e pouco onerosa, a distância e a centralidade deveriam ser os parâmetros privilegiados, tanto para avaliar a capacidade das localidades a constituírem sedes de jurisdição, quanto para definir os limites ideais dos concelhos e das comarcas. Como as montanhas e os cursos d’água eram muitas vezes considerados como obstáculos, as circunscrições seriam mais eficazes e “cômodas” se as serras e os grandes rios servissem-lhes de limite, ao invés de estarem situados no seu interior. Tais limites, constituídos por elementos naturais bem visíveis, também eram mais “perenes” e “incontestáveis”, o que evitava conflitos territoriais.

A questão da extensão dos termos estava associada principalmente a aspectos práticos, mas possuía também uma importante dimensão simbólica: a capacidade de autossubsistência dos concelhos, que foi um argumento utilizado tanto por ocasião dos conflitos ligados à expansão dos territórios das vilas, quanto nas disputas ligadas à emancipação dos arraiais. Vimos que, na maior parte das representações, o tamanho só é abordado em termos de superfície. A dimensão demográfica – ou seja, a densidade da

ocupação – é um parâmetro que se afirma lentamente, e que, de início, só aparece de forma vaga e pontual: territórios “bem” ou “pouco povoados”, sertões, terras incultas ou “inúteis”.

Somente no começo do século XIX é que surgem, na documentação oficial, dados mais precisos sobre a população das vilas e arraiais mineiros. Após a independência política da colônia, concebeu-se uma reforma geral da malha administrativa de Minas, na qual o aspecto demográfico constituiu um critério preponderante para a definição do número e da extensão das circunscrições.¹²⁵

Como veremos a seguir, uma evolução similar à que acabamos de descrever pode ser identificada nos discursos sobre os atributos e funções das sedes de circunscrições – as cidades, as vilas, as cabeças de comarca. Nestas representações também coexistem critérios tradicionais – ligados à história e aos privilégios das cidades – e critérios modernos de avaliação dos organismos urbanos, fundados, principalmente, em aspectos demográficos e econômicos.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 6, originalmente reunidas ao final da
segunda parte desse livro.**

pp. 416-418

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 6.2 – Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa, limitado pelo rio Grande e pelas barreiras militares (registros e guardas) da serra da Mantiqueira (doc. AHU).

As notas a seguir correspondem ao Capítulos 6, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 634-642

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

- ⁸⁴ Carta dos oficiais ao governador da capitania, datada de 13 de novembro de 1790 e incluída no documento intitulado “Cópia dos autos que se fizeram para a criação da Real Vila de Queluz, no Arrayal que foy dos Carijóz...” (APM, FM 981 C, cx. 3 d., p. 17 *et seq.* – catálogo bibliográfico).
- ⁸⁵ Ver a carta da câmara de Vila do Carmo (APM, CMM, cód. 27 – referência documental gentilmente cedida por Maria Verônica Campos).
- ⁸⁶ Parecer de Luís Diogo Lobo da Silva, 1779 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁷ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁸ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁹ O arraial de Rio das Pedras permaneceu sob a jurisdição de Sabará, enquanto que os outros arraiais reivindicados por Vila Rica foram mantidos no termo de São José até a criação da Vila de Queluz. Ver: CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 71-95.
- ⁹⁰ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 184. Tais “merecimentos” associam-se a diversos aspectos, dentre os quais o passado das cidades e as funções (religiosas, administrativas, judiciárias) que exercem, a qualidade de seus habitantes. Retornaremos ao assunto nos próximos capítulos.
- ⁹¹ Carta de 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹² É interessante notar que, quando das reformas territoriais francesas pós-revolucionárias, a ideia de autossustentência aparece, de forma pontual, em um pedido dos deputados de Paris, que pretendiam que o território do departamento – e não o do município (*commune*) de Paris – fosse suficientemente extenso “de forma a prover todas as suas necessidades”. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 194, nota 8.
- ⁹³ A este respeito, consultar: MAGALHÃES. *O algarve econômico*, p. 239 *et seq.* Sobre o abastecimento dos núcleos urbanos, ver: CHAVES. *Perfeitos negociantes*, p. 65-69, p. 91-101.
- ⁹⁴ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 172.
- ⁹⁵ MAGALHÃES. *O algarve econômico*, p. 251.
- ⁹⁶ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹⁷ Representação dos oficiais da câmara de Vila Rica, 31 de agosto de 1765 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹⁸ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ⁹⁹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 115.
- ¹⁰⁰ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 172.

CAPÍTULO 6

A EMANCIPAÇÃO DOS ARRAIAIS E A REDEFINIÇÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS

¹ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*.

² Sobre esta questão, consultar: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*.

- ³ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 93-94.
- ⁴ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 94. O autor lembra a definição da palavra “território” segundo os juristas: um espaço “equipado” do ponto de vista político e administrativo (*spatium terrae munitum et armatum iurisdictione*).
- ⁵ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 93.
- ⁶ Segundo o autor, antes deste período, a questão da divisão administrativa só fora tratada do ponto de vista estritamente teórico, sob a influência de fontes romanas. HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 95.
- ⁷ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 24.
- ⁸ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 103.
- ⁹ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 180-183, p. 205-206.
- ¹⁰ SILVA. Uma gramática de descrição de espaços, p. 196.
- ¹¹ Representação da câmara de São José ao governador, de 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ¹² Representação da câmara de São José ao governador, de 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ¹³ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 184-185.
- ¹⁴ Informação da câmara de São João d'El-Rey, 3 de abril de 1798 (RAPM, I, 1896, p. 465).
- ¹⁵ Informação da câmara de São João d'El-Rey, 3 de abril de 1798 (RAPM, I, 1896, p. 465).
- ¹⁶ Informação da câmara de São João d'El-Rey, 3 de abril de 1798 (RAPM, I, 1896, p. 465).
- ¹⁷ AUTO de demarcação do termo da Villa da Campanha da Princeza, 20 de fevereiro de 1800 (RAPM, I, 1896, p. 538-539).
- ¹⁸ AUTO de demarcação do termo da Villa da Campanha da Princeza, 20 de fevereiro de 1800 (RAPM, I, 1896, p. 539).
- ¹⁹ Um dos objetivos da reforma das comarcas portuguesas foi o de fazer coincidir os limites dos concelhos com os dos distritos militares, uma vez que a maior parte dos territórios comandados por capitães-mores das companhias de ordenanças e por seus subalternos não correspondia ao das circunscrições judiciárias (SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 331).
- ²⁰ Sobre os fazendeiros-tropeiros de Minas e o abastecimento dos centros urbanos, ver: CHAVES. *Perfeitos negociantes*, p. 65-66.
- ²¹ Ver a este respeito: MAGALHÃES. *O algarve econômico*, p. 256; SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 233-235.
- ²² AHU-MG, cx. 173, doc. 8 (documento parcialmente transcrito em: RAPM, XVI, 1911, p. 290). Os oficiais preocupavam-se particularmente com a diminuição da arrecadação das duas taxas municipais mais importantes: a *renda das aferições* (taxas cobradas aos comerciantes pelo aferidor de pesos e medidas) e a *renda das cabeças* (impostos sobre as reses abatidas no interior dos termos).

- ²³ As câmaras buscavam controlar os mercados, impondo preços e reservando uma parte da produção do termo para o consumo local (MONTEIRO. O governo económico municipal, p. 128-130). Sobre o abastecimento das vilas mineiras, ver: CHAVES. *Perfeitos negociantes*.
- ²⁴ REPRESENTAÇÃO da câmara de Baependi, 23 de setembro de 1816 (*RAPM*, I, 1896, p. 557).
- ²⁵ Como a vasta freguesia de Borda do Campo era compartilhada pelas câmaras de São José e São João del-Rei, ambas as municipalidades sofreram perdas territoriais com a elevação do arraial de Igreja Nova à condição de Vila de Barbacena.
- ²⁶ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 25 de janeiro de 1800 (*RAPM*, I, 1896, p. 510).
- ²⁷ Representação da câmara de São José, 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ²⁸ Trecho de uma representação da câmara de São José, citado em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 56.
- ²⁹ Representação da câmara de São José, 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ³⁰ Lemaitre. La metropolitee ou de l'établissement des villes capitales, citado em: LEPETIT. *Les villes dans la France Moderne (1740-1840)*, p. 96.
- ³¹ Em 1789, com a criação da Vila de Tamanduá, a Vila de São José sofrera sua primeira perda territorial.
- ³² Representação da câmara de São José, 31 de dezembro de 1798, APM, SG, cx. 41, doc. 26.
- ³³ Representação da câmara de São José, citado em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 56.
- ³⁴ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 464).
- ³⁵ MONTEIRO. A sociedade local e seus protagonistas, p. 38; SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 182, nota 150.
- ³⁶ Representação da câmara de São José, citada em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 55.
- ³⁷ INFORMAÇÃO da Câmara de São João d'El-Rey, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 464).
- ³⁸ Ver os requerimentos redigidos nos anos de 1800-1801 por José Joaquim Vieira Couto, "procurador do povo" do arraial de Tijuco, bem como as informações dadas pela câmara de Vila do Príncipe e pelo ouvidor de Serro do Frio (AHU, cx. 153, doc.49; AHU, cx. 156, doc. 25; AHU, cx.158, doc. 28). Na mesma época, uma discussão similar ocorreu quando o arraial de Conceição do Mato Dentro solicitou sua elevação a vila. Ver os documentos transcritos em: MORAIS. *História de Conceição do Mato Dentro*, p. 173-175.
- ³⁹ AHU, cx. 2, doc. 27.
- ⁴⁰ As câmaras do Reino deviam à Coroa um terço das receitas municipais, mas nem sempre esta cota era respeitada. De qualquer forma, o montante destas taxas representava uma parte ínfima das receitas do Estado português. Ver:

- MONTEIRO. O governo económico municipal, p. 132. Por outro lado, o terço da *consignação voluntária* deveria representar uma soma considerável, tendo em vista o representativo desenvolvimento agrícola da parte sul da capitania, correspondente ao *termo* de Campanha de Princesa.
- ⁴¹ Tratava-se do tabaco, da cachaça, cabeças de gado e de “toucinhos”. Ver: AUTO de consignação voluntária da Vila de Campanha da Princeza (*RAPM*, I, 1896, p. 478-480).
- ⁴² Sobre os diferentes significados das palavras *senborio* e *senborial* em Portugal do Antigo Regime, ver: MONTEIRO. O governo económico municipal, p. 49-54.
- ⁴³ O dom da terça parte da *consignação voluntária* à “Princesa do Brasil” transformava a esposa do Príncipe Regente em donatária da vila. Este título lhe dava o direito de nomear o juiz de fora, o qual iria exercer, em seu lugar, “a jurisdição civil e criminal” no termo da vila. Ver: CARTA de doação, datada de 18 de março de 1802 (*RAPM*, I, 1896, p. 533).
- ⁴⁴ AUTO de consignação voluntária da Vila de Campanha da Princeza (*RAPM*, I, 1896, p. 480).
- ⁴⁵ AUTO de demarcação do termo da Vila de Campanha da Princeza, 10 de fevereiro de 1800 (*RAPM*, I, 1896, p. 537-539).
- ⁴⁶ *RAPM*, I, 1896, p. 464.
- ⁴⁷ A saber: as freguesias de São João del-Rei, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Camanducaia, Ouro Fino, Cabo Verde e os julgados de Aiuruoca, Itajubá, Campanha do Rio Verde, Santa Ana do Sapucaí e Jacuí. Conforme vimos na primeira parte, exceção feita às duas primeiras, todas estas paróquias passam para a jurisdição de Vila da Campanha da Princesa, e o juiz de fora suprime todos os julgados.
- ⁴⁸ O juiz de fora queria deixar à cabeça de comarca apenas a paróquia da Vila de São João del-Rei, mas, durante um certo tempo, a câmara de São João ainda conseguiu manter o controle sobre a freguesia de Lavras do Funil.
- ⁴⁹ Quando de sua criação (1713), a Vila de São João del-Rei detinha um termo bastante vasto, correspondendo, ao menos teoricamente (visto que as circunscrições não eram fisicamente demarcadas), ao território de toda a comarca do Rio das Mortes e a toda a porção meridional da capitania.
- ⁵⁰ AHU, cx. 2, doc. 27.
- ⁵¹ Ver: SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 170, 239.
- ⁵² Carta do ouvidor Domingos Marques Soares, 27 de setembro de 1792, citada em: MORAIS. *História de Conceição do Mato Dentro*, p. 175.
- ⁵³ Requerimento dos moradores do arraial de Santa Luzia, ca. 1760 (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ⁵⁴ AHU, cx. 77, doc. 15. Argumentos similares são utilizados nas requisições de localidades francesas à época da divisão dos departamentos. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 148-150.
- ⁵⁵ Requerimento do arraial de Santa Luzia, ca. 1760 (AHU, cx. 77, doc. 15).
- ⁵⁶ Testemunho do sargento-mor José Antonio Dias Barbosa e Sá (AHU, cx. 156, doc. 25).

- ⁵⁷ Testemunho do sargento-mor Teles Pereira do Lago (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ⁵⁸ Parecer de Euzébio de Queiroz Coutinho da Silva, ouvidor de la comarca de Serro do Frio, 1º de março de 1819, citado em: MORAIS. *História de Conceição do Mato Dentro*, p. 178.
- ⁵⁹ Parecer de Euzébio de Queiroz Coutinho da Silva, ouvidor de la comarca de Serro do Frio, datado de 1º de março de 1819, citado em: MORAIS. *História de Conceição do Mato Dentro*, p. 178.
- ⁶⁰ REPRESENTAÇÃO dos oficiais da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (RAPM, I, 1896, p. 462-463).
- ⁶¹ Os trechos citados remetem à vasta problemática da coexistência, em Portugal do Antigo Regime, de diferentes sistemas de justiça: de um lado, a cultura escrita e o direito erudito e oficial, praticado pelos ouvidores e pelos juízes dos concelhos mais importantes (os juízes de fora); de outro, a cultura oral e os mecanismos tradicionais e comunitários de resolução de conflitos. Sobre estas questões, consultar: HESPAÑA. *As vésperas do Leviathan*.
- ⁶² CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 223.
- ⁶³ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 268-273.
- ⁶⁴ Requerimento registrado nos livros do Conselho Ultramarino em 24 de setembro de 1795 (RAPM, I, 1896, p. 459-461).
- ⁶⁵ Além do arraial de Nossa Senhora do Morro de Gaspar Soares (sede de freguesia), os peticionários mencionam outros arraiais (capelas) que deveriam ser desmembrados do termo de Vila do Príncipe: Santo Antônio do Rio Abaixo, São Domingos do Rio do Peixe, Nossa Senhora do Porto de Guanhães, Nossa Senhora da Aparecida dos Córregos, Santo Antônio das Taperas, Santa Ana das Congonhas, São Francisco do Paraúna, Santa Ana do Riacho Fundo. Além disto, desejavam que o termo da nova vila incluísse alguns arraiais pertencentes ao termo de Vila Nova da Rainha do Caeté, da qual os mesmos se encontravam muito distantes: Nossa Senhora da Oliveira do Itambé e Santa Ana dos Ferros. Ver os documentos citados em: MORAIS. *História de Conceição do Mato Dentro*, p. 173-180.
- ⁶⁶ CREAÇÃO de villas no periodo colonial (RAPM, II, 1897, p. 105).
- ⁶⁷ Também aqui se encontra um ponto comum com os discursos suscitados pelos projetos de reforma das circunscrições da França pós-revolucionária e de Portugal. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 171-193; SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 191-202.
- ⁶⁸ Requerimento dos moradores da freguesia da Borda do Campo, 1763 (AHU, cx. 82, doc. 6).
- ⁶⁹ INFORMAÇÃO do Ouvidor Mello e Souza, 4 de julho de 1817 (RAPM, I, 1896, p. 555).
- ⁷⁰ INFORMAÇÃO do Ouvidor Mello e Souza, 4 de julho de 1817 (RAPM, I, 1896, p. 554).
- ⁷¹ Ver o relatório de Luiz Maria da Silva Pinto, secretário de governo da Província de Minas Gerais, de 10 de março de 1826. (CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 97-99).
- ⁷² NORDMAN. *Frontières de France*, p. 107.

- ⁷³ OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 56.
- ⁷⁴ OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 56.
- ⁷⁵ OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 56. Esta diferença entre as representações francesa e portuguesa dos “limites naturais” foi destacada por: SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 228-229.
- ⁷⁶ ALMEIDA. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748), p. 82.
- ⁷⁷ Foi o que ocorreu quando da disputa entre Mariana e São José pela zona de Chopotó. Ver a representação da câmara de São José, de 29 de dezembro de 1770 (AHU, cx. 99, doc. 43).
- ⁷⁸ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 115.
- ⁷⁹ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 115.
- ⁸⁰ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 115.
- ⁸¹ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 121.
- ⁸² Ver os documentos citados em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 19-20.
- ⁸³ A Vila de São João del-Rei rapidamente envia para o local seu aferidor de pesos e medidas, de forma a recolher as taxas devidas pelos proprietários das vendas. Conferir documento citado em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 23-24.
- ⁸⁴ Sobre as técnicas de exploração do ouro em leitos e margens de cursos d’água, ver: FERRAND. *L’or à Minas Gerais*.
- ⁸⁵ Representação da câmara de São José, 8 de dezembro de 1806 (AHU, MG, cx. 182, doc. 60).
- ⁸⁶ Citado em: CINTRA. *A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais*, p. 28.
- ⁸⁷ Citado em: CINTRA. *A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais*, p. 27-28.
- ⁸⁸ REPRESENTAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 25 de janeiro de 1800 (RAPM, I, 1896, p. 510).
- ⁸⁹ Representação da câmara de São João del-Rei, 8 de novembro de 1804 (AHU cx.173, doc. 8).
- ⁹⁰ Petição não datada, transcrita em: RAPM, I, 1896, p. 492.
- ⁹¹ AUTO de demarcação do termo da Villa da Campanha da Princeza, 20 de fevereiro de 1800 RAPM, I, 1896, p. 540).
- ⁹² Carta do governador Bernardo José de Lorena, 10 de maio de 1800 (RAPM, I, 1896, p. 541).
- ⁹³ AHU, cx.158, doc. 28.
- ⁹⁴ Conquanto estes mapas não sejam datados – e tenham sido, por vezes, separados das respectivas cartas e petições nos arquivos brasileiros e portugueses –, é possível estimar a época de sua confecção, pois eles frequentemente contêm referências explícitas aos conflitos territoriais relatados nos documentos escritos.

- ⁹⁵ AUTO de demarcação do termo da Villa da Campanha da Princesa, 20 de fevereiro de 1800 *RAPM*, I, 1896, p. 538).
- ⁹⁶ “Mapa do Termo da Real Villa de Queluz segundo as observações de Capaci...” (AHU, cartografia manuscrita do Brasil, n. 1169).
- ⁹⁷ “Mapa do Termo da Real Villa de Queluz segundo as observações de Capaci...” (AHU, cartografia manuscrita do Brasil, n. 1169).
- ⁹⁸ “Novo Mapa topographicamente orientado e graphicamente exposto para o mais verdadeiro e exacto conhecimento do terreno...”, Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro), publicado em: ADONIAS. *Mapa*, p. 226.
- ⁹⁹ Este mapa municipal é, certamente, o mais antigo que localizamos e, talvez, corresponda à “carta topográfica de Vila Rica e seu termo” que foi executada por volta de 1758 por Cláudio Manoel da Costa, a pedido da câmara, que recebera ordem neste sentido do vice-rei do Estado do Brasil. Outra hipótese pode ser levantada: a “Carta Geográfica do Termo de Vila Rica” que conhecemos pode ter sido executada na década de 1770, quando se intensificaram as disputas pela zona do Chopotó, a qual aparece indicada no desenho. E não é impossível que, mesmo nesta época, Cláudio Manoel tenha sido o autor do mapa, já que ele foi secretário de governo não somente de Gomes Freire e de Luiz Diogo Lobo da Silva (a quem acompanhou na sua excursão pelo Sul de Minas), mas também do conde de Valadares (1769-1773), além de ter mantido “relações amistosas” com Antônio de Noronha (1775-1780). Ver: Cláudio Manoel da Costa, notícia biográfica (*RAPM*, I, 1896, fasc. 2, p. 377-378). Além do original conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, existem cópias disponíveis em outras instituições, tais como o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta última ilustra o artigo de: ALMEIDA. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748), p. 143.
- ¹⁰⁰ É preciso lembrar que, no caso francês e no português, estas representações procuravam se adequar às prescrições de projetos de reforma. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 172-176; SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 191-194.
- ¹⁰¹ Mapa incluído no volume “Copia Authentica de todos os Autos que se fizerão no Estabelecimento da Villa de Paracatu do Principe” (AHU, cód. 2108).
- ¹⁰² “Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princeza, Comarca do rio das Mortes de Minas Geraes, que só serve para mostrar a extensão do mesmo Termo, os lugares mais notaveis, distancias entre eles, estradas mais principais que o atravessam” (APM); “Mapa de toda a extensão da Campanha da Princeza...” (mapa inserido no “Livro de Creação da Campanha da Princeza”, AHU, cód. 2166 e 2167).
- ¹⁰³ Contudo, esta precaução não foi suficiente. Conforme vimos, no início do século XIX, quando a Vila da Campanha pede para se tornar sede de uma nova comarca (ver nota seguinte), o ouvidor do Rio das Mortes insiste em sua situação “excêntrica” em relação à estrada principal.
- ¹⁰⁴ Em 1823, época em que a vila pediu a criação de uma nova comarca, a câmara de Campanha mandou fazer outro mapa, que indica os limites de todos os concelhos da comarca do Rio das Mortes. Ver: “Mapa da Villa da Campanha da Princeza e termos anexos” (BNRJ, 25-2-31A).

- ¹⁰⁵ Carta do governador, citada nas Consultas do Conselho Ultramarino de 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 291).
- ¹⁰⁶ Era o caso, por exemplo, do guarda-mor Pedro Dias Paes Leme – uma das pessoas “de maior crédito, assim pela sua natural sinceridade, como pelo seu conhecido desinteresse” – que, quando dos conflitos de jurisdição entre os governadores de Minas Gerais e São Paulo, havia fornecido informações para a elaboração de mapas geográficos. Ver a correspondência transcrita em: CINTRA. *A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais*, p. 33.
- ¹⁰⁷ Conforme já destacamos, o mapa do termo de Vila Rica foi atribuído a Cláudio Manoel da Costa, advogado e secretário do governador da capitania. Pode-se supor que o mapa anônimo apresentado pela câmara de São João del-Rei – ao qual o governador parece ter dado mais crédito do que ao da Campanha – também tenha sido feito por pessoas bem instruídas e respeitadas – e talvez pelo ouvidor, que tinha todo o interesse em defender a cabeça de comarca contra as ambições do juiz de fora de Campanha.
- ¹⁰⁸ Mapa presente no “Accordão da Câmara da Vila de Campanha da Princeza...” (códice manuscrito, BNRJ, Divisão de Manuscritos, III, 18, 3, 7A). Sobre o capitão-mor Francisco Salles, autor do mapa, consultar: VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 180.
- ¹⁰⁹ Ver, a este respeito: FONSECA. *Découpage territorial et cartographie en Amérique portugaise*.
- ¹¹⁰ *RAPM*, I, 1896, p. 541.
- ¹¹¹ CARTA de Dom Rodrigo e Souza Coutinho, ministro do Conselho Ultramarino, à câmara de Campanha da Princesa (*RAPM*, I, 1896, p. 541-542).
- ¹¹² Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 292).
- ¹¹³ Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 292-293). Conforme observou Ana Cristina Nogueira da Silva, os ganhos de juízes de fora eram proporcionais ao tamanho e ao número de habitantes sob sua jurisdição (SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 252-253).
- ¹¹⁴ Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 293).
- ¹¹⁵ Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 293).
- ¹¹⁶ Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 293-295).
- ¹¹⁷ O governador da capitania era, nesta época, Dom Pedro Xavier de Ataíde e Melo.
- ¹¹⁸ Resolução do Conselho Ultramarino, 7 de abril de 1807 (*RAPM*, XVI, 1911, p. 292).
- ¹¹⁹ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 239-240.
- ¹²⁰ Como veremos adiante, é também no início do século XIX que os dados de população tornam-se mais claros, completos e confiáveis e, consequentemente, mais úteis para a determinação dos níveis de urbanização das localidades.

- ¹²¹ Sobre os limites destas circunscrições, ver os autos de criação das vilas de Baependi e Jacuí (*RAPM*, I, 1896, p. 428-431).
- ¹²² *RAPM*, I, 1896, p. 428-431.
- ¹²³ VASCONCELLOS. Breve descripção geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes.
- ¹²⁴ NORDMAN. *Frontières de France*, p. 178.
- ¹²⁵ O projeto de reforma das circunscrições de Minas Gerais, proposto em 1826 por Luiz Maria da Silva Pinto, previa a distribuição da população da província em concelhos (termos) “de dez mil a quatorze mil almas, freguesias de quatro mil a cinco mil almas, e distritos com duzentos a trezentos fogos”. Ver: relatório de 10 de março de 1826 (CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 97-99).

CAPÍTULO 7

TÍTULOS, PRIVILÉGIOS E FUNÇÕES URBANAS

- ¹ COSTA. *Corografia Portuguesa eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares que contem* (Prólogo).
- ² LAMARRE. La ville des géographes français de l'époque moderne – XVII^e-XVIII^e siècles, p. 24.
- ³ CASTRO. O simbolismo e a estrutura social no Portugal de seiscentos, *apud* BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império, p. 205.
- ⁴ AHU, cx. 10, doc. 63. O requerimento não está datado, mas, em suas margens, aparece um despacho de 1727.
- ⁵ CASTRO. O simbolismo e a estrutura social no Portugal de seiscentos, *apud* BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império.
- ⁶ Salvador e Rio de Janeiro, as duas primeiras “cidades reais” (diretamente submetidas à autoridade régia) fundadas no Brasil, exerceram, simultaneamente, as prestigiosas funções de sede de diocese (e de arquidiocese, no caso de Salvador) e de capital de Vice-Reinado. Algumas cidades criadas durante a União Ibérica, como Belém e São Luiz, tiveram funções administrativas e religiosas e conseguiram se desenvolver demográfica e economicamente, ao passo que outras, como Natal, Filipéia (a atual João Pessoa) e Cabo Frio – cuja importância era, sobretudo, de ordem militar –, conservaram um aspecto acanhado durante todo o período colonial.
- ⁷ Lembremos que a diocese de São Paulo seria criada somente em 1745, juntamente com a de Minas Gerais.
- ⁸ Parecer do: CONSELHO Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos Históricos*, p. 230.
- ⁹ Em outra ordem expedida em 30 de maio de 1711 para o governador Antônio de Albuquerque, o rei ordenava a restituição de todos os bens e de diversos postos militares que os reinóis haviam usurpado aos paulistas. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Geraes*, v. II, p. 79-80.